

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1474916 - RS (2019/0084523-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA - RS047694
BRUNA ROITMAN IASNOGRODSKI - RS068475
MARIA CAROLINA RÜBESAM GOULART - RS088215
JULIANA MACIEL RODRIGUES E OUTRO(S) - RS104729
AGRAVADO : IDA DEPONTI
REPR. POR : MARCO AURELIO DEPONTI - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ANA GLACIR CANTU E OUTRO(S) - RS099416
REGIS PINTER PEÇANHA - RS099540
ALTEMIR CANTU - RS044495
DIOGO TADEU ULIANA - RS095887

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. AGRADO DE INSTRUMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONTEÚDO NORMATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS INAPTO A LASTREAR A TESE INVOCADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não assiste razão à recorrente, quando defende a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, porquanto a questão relativa ao argumento de que a data do trânsito em julgado da impugnação impede o levantamento dos valores foi apreciada pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente.
2. Da análise atenta dos dispositivos considerados violados pela recorrente, não se extrai conteúdo normativo apto a embasar a tese recursal (de que os valores só poderiam ser liberados se o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença tivesse ocorrido antes do deferimento da recuperação).
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator